

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
PROFESSOR ÓSCAR LOPES

PLANO DE INOVAÇÃO

2020/2023



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
PROFESSOR ÓSCAR LOPES





AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
PROFESSOR ÓSCAR LOPES



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ÓSCAR LOPES – MATOSINHOS
PLANO DE INOVAÇÃO – 2020/2023





ÍNDICE

I. IDENTIFICAÇÃO DO AGRUPAMENTO	4
II. CONCEÇÃO DO PLANO DE INOVAÇÃO.....	6
III. PROPOSTAS DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR.....	9
IV. PLANO DE FORMAÇÃO.....	16
V. AUTOAVALIAÇÃO.....	17

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1 - Matriz Curricular – 2.º CEB – ENSINO REGULAR.....	9
Tabela 2 - Matriz Curricular –3.º CEB – ENSINO REGULAR.....	10
Tabela 3 - Calendário 2020-2021	13
Tabela 4– Momentos de reporte da avaliação	14
Tabela 5 - Áreas prioritárias para a formação no Agrupamento tendo por base o PI	16



Inovar, em educação, não significa necessariamente fazer coisas novas. Significa sim colocar os recursos disponíveis e organizá-los de forma a conseguir responder ao que não está ainda alcançado ou àquilo para que não estávamos conscientes de enfrentar como realidade.

João Costa



I - IDENTIFICAÇÃO DO AGRUPAMENTO

Designação	Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes, Matosinhos
Diretora	Maria Luísa Gama Silva Santos
Escola-Sede	Escola Básica Professor Óscar Lopes
Morada:	Rua Dr. António Teixeira de Melo. 4450 – 051 Matosinhos
Contactos	Telefone: 229377073 / Fax: 229377240
Endereço eletrónico	direcao@aeoscarlopes.org
Página	www.aeoscarlopes.org

O Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes (AEPOL) localiza-se no concelho de Matosinhos, no distrito do Porto, e é constituído por duas unidades orgânicas - a Escola Básica Estádio do Mar, que oferece as valências da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, e a Escola Básica Professor Óscar Lopes, escola-sede do Agrupamento, unidade organizacional dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, às quais se associam atividades de enriquecimento curricular e extracurricular, cuja oferta tem tido em conta quer as especificidades e os interesses dos educandos quer as necessidades socioeducativas dos respetivos agregados familiares. Foi considerado um Território de Intervenção Prioritária, pelo Ministério da Educação, em 2006, e assim se tem mantido, uma vez que se encontra inserido num contexto social e economicamente muito fragilizado.

O contexto vulnerável em que o AEPOL está inserido, preditor, como os estudos têm concluído, do insucesso escolar, tem criado à comunidade escolar e educativa desafios permanentes e, por isso, a missão do AEPOL, para além de assegurar a concretização das diretrizes do Ministério da Educação, relativamente à componente pedagógica e à componente didática da educação pré-escolar, do ensino básico e da educação extraescolar, prestando apoio técnico e humano à sua formulação e acompanhando e avaliando a sua concretização, é garantir a todas as crianças e alunos do agrupamento o acesso a uma educação que garanta que as suas perspetivas futuras não sejam limitadas pelo estrato socioeconómico a que pertencem, é valorizar o sentimento de pertença a um grupo capaz de vencer desafios, e é reafirmar valores, fazendo com que todos vejam o AEPOL como um património da comunidade.



Este Agrupamento de Escolas pretende, assim, assumir, de forma estratégica, opções claras que se constituam como ferramentas para dar resposta aos desafios existentes e aos que vão surgindo.

O Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes (AEPOL), candidatou-se, no ano 2017/2018, ao Projeto Autonomia e Flexibilidade Curricular, por considerar que se tratava de uma oportunidade legitimada, para poder gerir o currículo através de novas formas de abordagem pedagógica, que garantam aprendizagens significativas por parte de cada um e de todos os alunos, de forma a permitir o seu integral desenvolvimento nas dimensões pessoal e social e na construção do conhecimento. Para além disso, pretendeu-se que os docentes reunissem esforços e transformassem o conjunto das disciplinas num todo coeso e promotor das aprendizagens essenciais, em articulação com o *Perfil dos Alunos*, que possibilitassem a cada aluno crescer como pessoa, preparado para lidar com as circunstâncias da vida e com a complexidade do Mundo. Para tal, foram introduzidas alterações de âmbito organizacional e pedagógico, nomeadamente ao nível didático e da gestão curricular, na tentativa de haver coerência entre o que os alunos aprendem e aquilo que a sociedade lhes exige ao longo da vida e num futuro próximo.

Com o PAFC, o AEPOL pôs em marcha um conjunto de medidas com a intenção de flexibilizar o currículo e, ao mesmo tempo, de desafiar os professores a romper com as abordagens de ensino mais tradicional, para se aventurarem por metodologias estudadas e selecionadas em trabalho colaborativo entre os pares e com os alunos, no sentido de esbater as fronteiras entre o saber e de ir ao encontro de abordagens distintas, como resposta às várias maneiras de aprender que os alunos demonstram. Assim, constituíram-se Domínios de Autonomia Curricular (DAC), rompeu-se com o conceito tradicional de grupo turma e passou-se a trabalhar por anos de escolaridade, construiu-se uma nova gramática dos espaços de aprendizagem, por estações, através de semanas de alternância (uma semana por mês) entre o trabalho disciplinar e o trabalho de projeto e de trabalho de integração dos projetos em desenvolvimento no Agrupamento.

A avaliação do trabalho realizado nos dois anos de Autonomia e Flexibilidade Curricular, o primeiro de projeto e o segundo de consolidação e de expansão das novas práticas, através dos dados de recolha da monitorização, é francamente positivo, no entanto, verifica-se ainda a falta de expectativas, relativamente à escola, por parte de grande parte dos alunos e famílias, expressa através da baixa autoestima, o que se repercute na falta de assiduidade, na indisciplina e, conseqüentemente, nos resultados escolares, apesar das ações



estratégicas que têm sido desenvolvidas, ao longo dos anos, para conseguir colmatar estes aspetos inibidores da aprendizagem.

Assim, e com vista a dar resposta aos problemas enunciados, apresentamos o Plano de Inovação para um horizonte de três anos, que gostaríamos de implementar nos anos letivos, 2020/2021; 2021/2022; 2022/2023, realizado ao abrigo da Portaria n.º 181 /2019 de 11 de junho e respeitando o roteiro disponibilizado pela DGE para a sua elaboração.

II. CONCEÇÃO DO PLANO DE INOVAÇÃO

a) Necessidades a que o PI pretende responder

- i) Reduzir a taxa de absentismo;
- ii) Reduzir a taxa de abandono;
- iii) Aumentar a taxa de alunos com classificação positiva e a classificação média, na avaliação externa, nas disciplinas de Português e de Matemática;
- iv) Capacitar os alunos e as famílias para o exercício da cidadania.

b) Compromissos assumidos com a melhoria das aprendizagens dos alunos

i) Relativamente ao absentismo, que, na generalidade, se verifica de forma intermitente e a determinadas horas da manhã ou da tarde, acreditamos que o facto de a carga horária se distribuir por menos disciplinas vá fazer com que a falta de assiduidade se esbata, uma vez que, em todos os inquéritos de satisfação aplicados aos alunos, o excesso de disciplinas é sempre um dado muito expressivo, como ponto negativo.

Assim, a criação das disciplinas "Português e o Ambiente", ao integrar aprendizagens essenciais das disciplinas de Ciências Naturais, Cidadania e Desenvolvimento e TIC, no 5.º ano, e "Português e o Mundo", no 7.º ano, que inclui aprendizagens essenciais de Geografia, e a de Inovação Tecnológica, que inclui as aprendizagens de ET e TIC, cumprem esse propósito. O cumprimento das aprendizagens essenciais das disciplinas suprimidas está garantido e serão até expandidas nestas disciplinas, pelos próprios professores, através do recurso a metodologias que permitam que os alunos tomem conhecimento do que se passa no Mundo e com o Ambiente, para poderem pensar criticamente e perspetivar-se em termos de opinião.

Ao mesmo tempo, a organização do estudo, de forma interdisciplinar, propicia novos hábitos e novas rotinas, e a questão da avaliação, tal e qual se enuncia mais adiante, neste documento, vai levantar a autoestima dos alunos e fazê-los acreditar que, se vierem à escola, o seu percurso escolar pode ser realizado de forma empenhada, sem julgamento nem punição.



ii) Relativamente ao abandono, mais expressivo em alunos da comunidade cigana, é nossa convicção de que o *Projeto Includ-ed* tem potencial, já estudado, para mudar as dinâmicas e envolver estes alunos e estas famílias, de forma a envolvê-los e a integrá-los. Sabemos que numa primeira fase pode ser difícil, mas em articulação com a equipa técnica e com a rede social do concelho e demais parcerias, a situação pode ser infletida.

iii) O abandono e a falta de assiduidade intermitente têm sido um obstáculo à aprendizagem, porque dificultam a sequencialidade do ensino e da aprendizagem, tornando muito difícil a recuperação das aprendizagens não realizadas, principalmente em disciplinas cumulativas como são a Matemática e o Português. Pretendemos aumentar a taxa de alunos com classificação positiva e a classificação média, na avaliação externa, nas disciplinas de Português e de Matemática, através das medidas de prevenção dos pontos referidos anteriormente e de um esforço de articulação entre os professores dos diferentes ciclos, mais precisamente, dos professores do 5.º e do 7.º ano, distribuindo os recursos de tutoria e de coadjuvação como suporte a que as aprendizagens se realizem. Esse trabalho de articulação, com uma monitorização muito dirigida a cada problema, com a atualização dos professores na didática da sua disciplina, garantirá um trabalho de sustentação que permitirá aumentar as taxas enunciadas. Quando falamos em articulação, falamos na existência de tempos para pensar e refletir sobre o trabalho realizado e na partilha de práticas e em outras dinâmicas, como, por exemplo, aulas com alunos de diferentes ciclos, onde o mais importante é aprender de forma aproximada à realidade da sociedade em que os alunos vivem.

iv) As parcerias com a rede social concelhia potenciarão a continuação das ações de sensibilização dirigidas às famílias, com vista ao exercício pleno da cidadania. No âmbito do *Projeto Includ-ed*, naturalmente conseguiremos uma adesão maior a estas iniciativas por parte dos pais e encarregados de educação dos alunos, sempre participantes em número muito restrito nestas iniciativas. Para além disso, a estratégia de agrupamento para a Cidadania e Desenvolvimento será (re)alinhada em função da agregação desta disciplina com outras disciplinas e em função das frentes de trabalho a desenvolver, aqui enunciadas.

O absentismo, o abandono e a incipiente cidadania por parte dos alunos e das suas famílias são preditores do insucesso escolar. Esbatendo-os, garantiremos um ensino e uma aprendizagem com mais qualidade, com resultados melhores, de forma gradual, em cada ano de escolaridade, e, seguramente, no final de cada ciclo.

c) Intencionalidade das medidas

	Ponto de partida 2018/2019	Meta 2020/2021	Meta 2021/2022	Meta 2022/2023
Reduzir em 30% a média de faltas injustificadas dos alunos, nas turmas de 5.º ano	579	10%	10%	10%
Reduzir em 30% a média de faltas injustificadas dos alunos, nas turmas de 7.º ano	250	10%	10%	10%
Reduzir em 100% a taxa de abandono, nas turmas de 5.º ano	1%	100%	-----	-----
Reduzir em 100% a taxa de abandono, nas turmas de 7.º ano	3%	25%	50%	100%
Aumentar em 30% a taxa de alunos com classificação positiva, na disciplina de Português	60%	10%	10%	10%
Aumentar em 10% a classificação média, na avaliação externa, na disciplina de Português	2,63	-----	-----	10%
Aumentar em 30% a taxa de alunos com classificação positiva, na disciplina de Matemática	20%	10%	10%	10%
Aumentar em 25% a classificação média, na avaliação externa, na disciplina de Matemática	2	-----	-----	25%
Diminuir em 30% o número de ocorrências disciplinares na sala de aula, no 5.º ano	10,2 (5 alunos)	10%	10%	10%
Diminuir em 30% o número de ocorrências disciplinares na sala de aula, no 7.º ano	31,25 (10 alunos)	10%	10%	10%
Aumentar em 75% a participação dos pais e encarregados de educação nas iniciativas do agrupamento	15%	25%	25%	25%

Nota: as metas corresponderão nos dois últimos anos aos 6.º e 8.º e 9.º anos.

d) Percentagem (superior a 25%) de carga horária das matrizes curriculares-base a gerir

Pretende-se flexibilizar no 2.º CEB 25,92% do currículo.

Pretende-se flexibilizar no 3.º CEB 26,6% do currículo.

e) Participação dos alunos na conceção e desenvolvimento dos planos, bem como o envolvimento dos encarregados de educação e/ou parceiros;

Os pais e encarregados de educação, como se viu no diagnóstico que sustenta o ponto de partida da respetiva medida, são pouco presentes na vida agrupamento, nomeadamente nos 2.º e 3.º ciclos. Famílias monoparentais, pluriparentais, avós com guarda parental dos netos, irmãos mais velhos com guarda parental dos irmãos, irmãos que vivem um com a mãe e outro com a tia, alunos que têm de ir muitas vezes a tribunal por questões relativas aos pais, enfim, um conjunto de situações que não favorecem a sua participação na escola. São, por isso, famílias sobreviventes, também com horários de trabalho incompatíveis com o acompanhamento dos seus educandos, nomeadamente no cumprimento dos horários escolares. Os que se encontram mais disponíveis participam, embora desistam, rapidamente, por não se sentirem capazes de acompanhar o discurso dos professores, já muito adequado. Lembramos aqui que a maior parte das famílias dos alunos tem a frequência do 2.º ciclo de escolaridade.



Por sua vez, os alunos têm assento nas reuniões das equipas educativas e as metodologias a desenvolver prendem-se com trabalho cujo centro da ação é o aluno, por isso, tudo é planeado conjuntamente, em função, sempre, das necessidades de cada um e dos seus interesses. É nossa convicção de que a implementação do Projeto INCLUD-ED vai permitir transformar o AEPOL numa comunidade de aprendizagem, conseguindo, assim, o envolvimento e a colaboração efetiva dos pais e outros parceiros, o que vai fazer certamente esbater os problemas enunciados.

Os representantes dos pais e dos encarregados de educação fazem parte de grupos de trabalho mistos (pais, professores, funcionários), com o objetivo de refletir sobre a política educativa do AEPOL, os ambientes de aprendizagem, o clima escolar, a indisciplina, os recursos humanos e o espaço e traçar propostas de melhoria.

Estes grupos perspetivam formas de auscultação da restante comunidade (dos respetivos pares) e funcionarão como grupo de focagem do gabinete de autoavaliação, em reuniões ordinárias bimensais.

No início do ano, na reunião de apresentação do Diretor de Turma às turmas, dos 5.º e 7.º anos, será dado grande enfoque às semanas de alternância. Apesar de abertas à participação ativa da comunidade, recrutam-se pais voluntários, para que, uma vez por mês, estes colaborem, durante a semana de alternância, como “monitores de controlo da cooperação entre pares”, em visitas de estudo, na cantina, com o objetivo de reforçar a inclusão ou para serem acolhidos na Biblioteca Escolar, em “tertúlias dialógicas” na lógica do que se realiza, semanalmente, com os alunos, no âmbito do Projeto Includ-Ed. São semanas em que o lema se constrói a partir da confluência de saberes, dando-se voz à comunidade e onde se trabalha e aprende por projeto, com temáticas selecionadas pelos alunos. É valorizando o processo que os alunos se apropriam do conhecimento e desenvolvem as competências previstas no *Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória*. Fazem-se aulas de campo, recebem-se convidados, fazem-se palestras, debates, entrevistas delineadas e traçadas, no 3.º CEB, pelos alunos na APP.

O Plano de Inovação assenta numa liderança pedagógica partilhada, numa cultura colaborativa, de corresponsabilidade, de comprometimento, na avaliação contínua dos processos e dos produtos, na voz dos diferentes atores, na sustentabilidade das decisões (porque partilhadas) e na promoção de sistemas de comunicação multidirecionais eficazes.

Foi realizada uma Parceria com a ADEIMA, no âmbito do Projeto Escolhas *Biquinha em Ação*, que serve um bairro problemático, objeto de diferentes investigações, ao longo do



tempo, pela sua particularidade vulnerável. Este Projeto acolhe os alunos depois da escola e acompanha-os a nível académico, em articulação estreita com os professores. Para tal, os docentes do AEPOL reúnem duas vezes por semestre, ou quando necessário, com os monitores do Projeto, para concertação de estratégias e metodologias, para que estes possam apoiar, de forma eficaz, a consolidação das aprendizagens e as atividades propostas pelos professores do AEPOL.

Estão ainda previstas *Tertúlias literárias* mensais em todos os anos e níveis de ensino.

Desta forma, alunos, pais e parceiros serão chamados a inteirar-se da intencionalidade das medidas, a planificar as diferentes etapas do trabalho a desenvolver assim como as diferentes formas de abordagem.

f) Parecer e aprovação do plano pelo Conselho Pedagógico e pelo Conselho Geral respetivamente

O Conselho Pedagógico pronunciou-se favoravelmente relativamente ao *Plano de Inovação*, inicialmente, na reunião do dia 19 de fevereiro e, posteriormente, na reunião do dia 3 de abril, na qual aprovou as retificações e a reformulação do Plano inicial, que tinha sido aprovado, em Conselho **Geral**, em reunião do dia 22 de março.

III – PROPOSTA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR

a) Gestão curricular:

i. A redistribuição, ao longo de cada ciclo ou nível de ensino

Tabela 1 - Matriz Curricular – 2019/2020 - ENSINO REGULAR

2.º CEB

Componentes do currículo	Carga horária semanal	
	5.º ano 2020-21	6.º ano
Áreas disciplinares/ Disciplinas		
Línguas e Estudos sociais	550	525
Português		250
Inglês	150	150
HGP	150	100
Português e o Ambiente* (Inclui conteúdos de Ciências, de Cidadania, de Desenvolvimento e TIC)	350	
Cidadania		25
Matemática e Ciências	350	350
Matemática	250	250
Ciências Naturais		100
Educação Artística e Tecnológica	300	325
EV	100	100
ET	100	100
EM	100	100
TIC		25
E.F.	150	150
EMR	(50)	(50)
Total	1350	1350
Oferta Complementar – Leitura Digital	50	50
Apoio ao Estudo	100	100
Complemento à Educação artística – Música e Movimento	100	100

Disciplina	Duração	Proveniência	N.º de semanas	Total
Português e o Ambiente	350'	50' TIC/Cid+200 Port+ 100 CN	34	11900'
			Total	11900'

Total: 13600 minutos

1350 minutos X 34 semanas = 45900 min. ----- 11900min. X100/45900 = 25,92%

Tabela 2 - Matriz Curricular –3.º CEB – ENSINO REGULAR

Componentes do currículo	Carga horária semanal		
	7.º ano 2020-21	8.º ano 2021-22	9.º ano 2022-23
Áreas disciplinares/Disciplinas			
Português e o Mundo* (Inclui conteúdos de Geografia e Cidadania)	300	300	300
Línguas Estrangeiras			
Inglês	100	150	150
Francês	150	100	100
Ciências Sociais e Humanas			
História*	100	100	100
Geografia*			
Cidadania e Desenvolvimento	50		
Matemática	200	200	200
Ciências Físico-Naturais			
Ciências Naturais	125	150	150
Físico-Química	125	150	150
Educação Artística e Tecnológica			
Inovação tecnológica (inclui conteúdos de Educação tecnológica e TIC)	100	100	100
EV	100	100	100
E.F.	150	150	150
EMR	(50)	(50)	(50)
Total	1500	1500	1500
Oferta Complementar APP	50	50	50

Disciplina	Duração	Proveniência	N.º de semanas/horas	Total
Português e o Mundo	300'	100' Geog.+200Port.*	34	10200'
Inovação Tecnológica	100	TIC+ET	34	3400
			Total	13600'

1500min X34 semanas=51000 min ----- 13600X100/51000= 26,6%

*A disciplina “Português e o Mundo” conta com alguns temas de Cidadania e Desenvolvimento, no 7.º ano, embora a disciplina Cidadania e Desenvolvimento se mantenha. Nos anos seguintes será aglomerada, uma vez que os temas estão articulados com as aprendizagens da disciplina de Geografia.

ii. A redistribuição dos tempos/horas fixados entre componentes

A proposta de flexibilização será realizada, nas turmas de 5.º ano, da seguinte forma:

1. Criação da disciplina semanal *Português e o Ambiente* (Programa em construção), assim distribuída:

Disciplina	Duração	Proveniência	N.º de semanas	Total
Português e o Ambiente	350'	50' TIC/Cid+200' Port+100' CNT.	34	11900'

2. Dinamização das semanas de alternância:

Opção curricular	Duração	Proveniência	N.º de semanas	Total
Semana de Alternância	1350'	Todas as disciplinas*	8	---

*Nas semanas de alternância o núcleo turma dilui-se e os alunos de 5.º ano são um todo. Fazem-se oficinas, workshops, recebem-se convidados e organizam-se palestras.

1350 minutos X 34 semanas = 45900 min. ----- 11900min. X100/45900 = 25,9%

3. Atribuição da oferta complementar, 50 minutos do crédito horário de escola, atribuída à disciplina de *“Leitura Digital”*.

3.º ciclo – 7.º ano**1. Dinamização das opções curriculares**

Opção curricular	Duração	Proveniência	N.º de semanas	Total de horas
Semana de Alternância	1500'	Todas as disciplinas*	8	-----

*Nas semanas de alternância, os alunos de cada ano são distribuídos em grupo, em regime de oficina/estação, trabalhando um tema comum, em torno das áreas de confluência do saber, com recurso a aulas de campo, visitas de estudo, workshops, palestras...

2. Criação de disciplinas

Disciplina	Duração	Proveniência	N.º de semanas/horas	Total
Português e o Mundo*	300'	100' Geog.+200 Port.*	34	10200'
Inovação Tecnológica	100	TIC+ET	34	3400

1500min X34 semanas=51000 min ----- 13600X100/51000= 26,6%

A oferta complementar versa a criação da disciplina **Aprender Por Projeto**, que é extensível a todos os anos do 3.º CEB. Os alunos são distribuídos equitativamente por grupos constituídos por alunos de todos os anos de escolaridade. Os professores são das várias áreas de especialidade. Esta disciplina funcionará uma vez por semana à mesma hora.

3. Escola aberta à comunidade

A semana que antecede a paragem letiva do Natal (32 horas) e a última semana de aulas (32 horas), perfazendo 64 horas, serão dedicadas a oficinas, apresentação de trabalhos, exposições abertas e com a participação da comunidade educativa.

iii. A organização diversa de turmas, grupos de alunos ou de aprendizagem

Nas semanas de alternância o núcleo turma dilui-se e os alunos de 5.º e 7.º ano são um todo, distribuídos por grupos, para dinamizarem oficinas, workshops, acolherem os convidados e organizarem as palestras.

As diferentes disciplinas juntam as duas turmas existentes, de cada ano de escolaridade, para debates em plenário, apresentação de trabalhos, trabalhos de grupo, oficinas, no espaço inovador de aprendizagem – *Open Space*, da escola-sede.

As metodologias privilegiadas são o trabalho de projeto e a aprendizagem por problemas.

O tema aglutinador do trabalho a realizar é **CIDADÃO DO SÉCULO XXI** e os subtemas são decididos em **ASSEMBLEIA DE ALUNOS**, tendo por base temas pertinentes da atualidade; os alunos interiorizam o porquê do que vão trabalhar, e, juntamente com os docentes, elaboram o plano de trabalho.

A comunidade é, quando pertinente, chamada a participar.

O último dia da semana é dedicado à apresentação de trabalhos (são vários os formatos/produtos que podem surgir) e todos avaliam o trabalho realizado, através de uma reflexão dialógico-construtiva;

O processo ensino-aprendizagem-avaliação é um continuum que tenta garantir cada vez melhor e mais aprendizagem, através do *feedback* do professor, processo através do qual se avalia para aprender, num processo de trabalho em progresso constante.

iv) A gestão interturmas dos tempos/horas fixados nas matrizes curriculares-base

As turmas têm a carga horária prevista na matriz curricular, respetivamente.

v) Criação de novas disciplinas

Designação	Turmas, ano/s, ciclo/s	Área/s de conhecimento das aprendizagens previstas na disciplina
“Português e o Ambiente”	5.º ano	Português, Ciências Naturais, Cidadania e Desenvolvimento e TIC
“Português e o Mundo”	7.º ano	Português, Geografia, Cidadania no 8.º e 9.º ano
Inovação Tecnológica	7.º ano	ET, TIC

b) Organização do ano escolar**I. Organização escolar proposta, nomeadamente o n.º de períodos, de pausas letivas e de momentos de reporte de avaliação aos alunos e EE e operacionalização desse reporte (descritivo/qualitativo/quantitativo);**

Pretende-se uma organização escolar estruturada em dois semestres, conforme calendário infra, com dois momentos de reporte descritivo da avaliação aos alunos e aos Encarregados de Educação. No final do último semestre, a avaliação é sumativa, em conformidade com a escala de avaliação definida por lei, com duas reportes intermédios, descritivos, nos meses de novembro e de abril, em documento próprio, que registará quais as aprendizagens essenciais que o aluno realizou e os desempenhos ainda menos bem conseguidos.

Tabela 3 - Calendário 2019-2020

Semestres	Períodos	Início	Termo
1.º	1.º	Início do ano * letivo -setembro	6 de novembro
	2.º	16 de novembro	25 de janeiro
2.º	3.º	1 de fevereiro	26 de março
	4.º	12 de abril	Início de junho – 9.º ano* 3.ª semana de junho – Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º CEB

*Datas a acertar de acordo com o calendário escolar 2020-2021

Interrupções*			N.º dias úteis
1.ª	9 de novembro	13 de novembro	5
2.ª	23 de dezembro	3 de janeiro (natal)	10
3.ª	25 de janeiro	29 de janeiro	5
4.ª	15 de fevereiro	17 de fevereiro – 9.º ano	3
		19 de fevereiro - educação pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º CEB	5
5.ª	29 de março	9 de abril	9

*Datas a acertar de acordo com o calendário escolar 2020-2021.

Far-se-ão 4 interrupções, de 8 em 8 semanas, sendo 2 momentos de avaliação intermédia, com reporte qualitativo e 2 momentos de avaliação sumativa, com reporte quantitativo.

Tabela 4 – Momentos de reporte da avaliação

2020/2021									
Setembro	Outubro	9-13 de Novembro	Dezembro	25-29 de Janeiro	Fevereiro	Março	5-9 de abril	Maior	Junho
		Reporte descritivo		Reporte quantitativo			Reporte descritivo		Reporte quantitativo

II. Fundamentar a proposta e a sua intencionalidade pedagógica

A participação dos alunos nos processos de avaliação carece do desenvolvimento de competências reflexivas e meta-reflexivas, enunciadas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Apenas encarando os alunos como sujeitos reflexivos é que a sua participação na avaliação adquire pleno significado e melhores aprendizagens. No entanto, é preciso ter em conta que as capacidades de reflexão e de autorreflexão não são inatas, nem se encontram igualmente distribuídas, pelo que precisam de ser desenvolvidas e praticadas de forma contínua e sistemática.

Se a avaliação formativa acompanha sistemática e continuamente os processos de aprendizagem, a participação dos alunos não pode ser ocasional e pontual. Se não for contínua, a participação não é oportuna e pouca ou nenhuma implicação terá na possibilidade de superar dificuldades, melhorar desempenhos e adotar ajustamentos, não contribui para o desenvolvimento das competências de reflexão e de autorreflexão que constituem condição indispensável para a participação dos alunos nos processos de avaliação e desresponsabiliza o aluno da sua própria aprendizagem, consolidando a ideia de que o seu (in) sucesso depende apenas de características inatas em relação às quais nada pode fazer.

A participação dos alunos nos processos de avaliação deve assentar num princípio de progressividade. O grau e a qualidade da participação devem respeitar aspetos tais como, as características dos alunos, o nível de ensino e os conteúdos disciplinares, tendo em conta a necessidade de um ajustamento progressivo em direção à aquisição plena de competências de



autorregulação das aprendizagens. Neste sentido, a progressividade pressupõe que os professores sejam capazes de conceber estratégias de participação adequadas aos alunos com os quais trabalham. Neste aspeto, é preciso atender à ideia de que a participação dos alunos exige ponderação, consistência e gradualismo.

A promoção do envolvimento dos alunos na avaliação das suas aprendizagens deve considerar o princípio de que os alunos podem e devem participar de modos diferenciados e diversos. Se as estratégias de participação dos alunos privilegiarem ou utilizarem apenas um meio de expressão, então haverá limitações, obstáculos e, até, exclusões. Deste ponto de vista, a participação deve ser sensível à inclusão e favorecer formas diferenciadas e equitativas de implicação e de responsabilização dos alunos nas suas aprendizagens.

Em face do exposto, é nossa convicção de que desenvolver projetos dentro de um calendário que permita que os alunos aprendam e que os professores ensinem e que ambos avaliem esse *continuum* em progresso, exige tempos de paragem para análise, reflexão e discussão, no sentido de uma tomada de decisões para (re)orientação do trabalho.

Sabemos que as reuniões das equipas educativas semanais/quinzenais existentes, marcadas no horário dos docentes, são insuficientes para uma verdadeira planificação da ação educativa, assente na análise, reflexão e discussão e avaliação, uma vez que o volume de trabalho é crescente, permitindo dar resposta em algumas frentes, atingir alguns objetivos, mas de forma incipiente.

A possibilidade, dada na portaria, de semestralizar o calendário escolar, permitiria dar consistência ao projeto educativo do AEPOL. Assim:

1. Aposta-se, sobretudo, nos períodos de avaliação intermédios, com a duração de uma semana. Nestes os encarregados de educação são convidados a vir à escola não só para falar com o diretor de turma, mas também com os professores da equipa educativa.

2. Propõe-se, assim, um dia de grande Assembleia com os pais e professores para se dialogar/refletir sobre a vida dos alunos na escola (aprendizagens realizadas versus comportamento, aproveitando um pouco a filosofia da tertúlia dialógica, do projeto INCLUD-ED que vivenciamos).

3. Concretiza-se, no fim dos semestres, a avaliação com reporte quantitativo, sendo os dois períodos anteriores momentos de trabalho em progresso e de reporte qualitativo.

Alguns alunos, sobretudo os da comunidade cigana apresentam, apesar de todas as diligências tomadas, um elevado número de faltas. Estas, forçosamente, têm reflexo na avaliação e, regra geral, ficam conotados com classificações negativas, que acentuam o seu

desinteresse e a sua baixa autoestima. Quando a informação é quantitativa, com a atribuição de níveis inferiores a 3, logo no 1.º período, muitos alunos desistem e acham que não vão ser capazes, são poucos os que recuperam. Outros, apercebem-se de que têm dois períodos com níveis superiores a 3 e, no 3.º período, já não são assíduos nem se preocupam, porque sabem que já não têm nível inferior a três. Por sua vez, os professores a muitos alunos não atribuem nível superior a 3, nos dois períodos, uma vez que querem garantir que o aluno continue a aprender.

Por fim, seria benéfico, para a autoestima de todos alunos, que estes acreditassem que a avaliação se faz para melhorar as aprendizagens e que a função do professor é ajudá-lo nessa tarefa tão nobre que é aprender. A ideia de punição ou castigo deixa de existir e todos competem, não uns com os outros, mas cada um consigo próprio no sentido de ir mais longe, sempre. Por sua vez, queremos que os professores se capacitem, e apostamos muito no contributo do Projeto MAIA para tal, de que a avaliação formativa é a avaliação pedagógica por excelência que mais bem contribui para a melhoria das aprendizagens, uma vez que o *feedback* de qualidade que o professor dá ao aluno lhe permite saber o que fazer para ultrapassar as suas dificuldades.

Acreditamos que esta proposta minimiza os efeitos das assimetrias de duração entre os períodos, é positiva para a organização do Agrupamento, torna a existência de dois intervalos de avaliação dos alunos mais positiva em termos escolares, atendendo ao perfil dos alunos que frequentam as suas escolas, e cuja vulnerabilidade requer uma atenção contínua e sistemática às problemáticas que a geram.

IV – PLANO DE FORMAÇÃO

Tabela 5- Áreas prioritárias para a formação no Agrupamento tendo por base o PI.

Designação	(N.º de formandos)	Destinatários
Projeto Includ-ed	62	Numa 1.ª fase 4 professores e depois a réplica por esses aos restantes.
Avaliação Pedagógica	62	Numa 1.ª fase 1 professor e depois a réplica por esse aos restantes.
Metodologias ativas	62	Professores de todos os departamentos.
Sala de aula invertida	62	Professores de todos os departamentos.
Didática do Português	20	Professores dos grupos 110, 210 e 300.
Didática da Matemática	20	Professores dos grupos 230 e 500.

V- AUTOAVALIAÇÃO DO PLANO

i. Procedimentos/momentos de regulação e de monitorização do desenvolvimento do PI

Os procedimentos a adotar são realizados através de uma abordagem multimétodo, com técnicas variadas, enquadradas quer no paradigma quantitativo quer no paradigma qualitativo, de forma complementar. Os inquéritos, os *focus groups* e a análise documental são a base para a recolha dos dados.

Os momentos de regulação são semanais e durante as semanas de paragem entre os momentos de avaliação.

Objetivos

1. Avaliar o impacto das ações nas aprendizagens dos alunos
2. Impedir eventuais riscos de desfechos negativos
3. (Re)orientar as estratégias em função dos dados recolhidos e da interpretação dos mesmos.

Produtos da monitorização e/ ou da avaliação

1. Grelhas de verificação dos indicadores de cada ação
2. Inquéritos por questionário
3. *Focus group*
4. Relatórios trimestrais
5. Relatórios semestrais
6. Relatórios finais
7. Relatório de autoavaliação

ii. Explicitar a forma de aferir o impacto das opções e medidas adotadas como estratégia de melhoria da qualidade das aprendizagens e de promoção

O impacto das opções e das medidas adotadas como estratégia de melhoria será aferido através dos dados recolhidos que incidirão sobre os processos e sobre os resultados de avaliação dos alunos, já com monitorização implementada, no âmbito do *Observatório da Qualidade do Agrupamento*.



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
PROFESSOR ÓSCAR LOPES



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ÓSCAR LOPES – MATOSINHOS
PLANO DE INOVAÇÃO – 2020/2023

Sede: Escola Básica Professor Óscar Lopes
Rua Dr. António Teixeira de Melo
4450-051 Matosinhos
☎ 229 377 073 📠 229 377 240 @ direcao@aeoscarlopes.org

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Pág. n. 23